**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2014**

**PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS DO ART 34 DA LEI N° 11.488/07**

A UNIÃO, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, através do Ordenador de Despesas, com a competência que lhe confere a Portaria nº. 3.364/2013-DG/DPF, de 25 de março de 2013, publicada no BS/DPF n.º 080, de 26 de abril de 2013, torna público que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO para** **Registro de Preços**, do tipo menor preço por item, conforme descrito neste edital e seus anexos, por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/). Esta licitação, autorizada pelo Processo nº 08200.001645/2014-29, será regida pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), pelos Decretos nº. 5.450, de 31 de maio de 2005 (Regulamenta o Pregão, na forma eletrônica), 6.204 de 05 de setembro de 2007 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as MEs, e EPPs) e 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços), pela Lei Complementar nº. 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP), Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens); IN 02/2009-SLTI (Estabelece a obrigatoriedade de apresentação de Declaração de Elaboração Independente de proposta em procedimentos licitatórios); pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), bem como pela legislação pertinente, na forma que segue:

Data da abertura da sessão pública: **08 de setembro de 2014**

Horário: **09h horário de Brasília/DF**

Endereço: Portal Comprasnet - [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/)

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet, até a data e horário da abertura da sessão pública.

1. DO OBJETO
   1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de materiais de consumo (expediente), para atender às necessidades das Unidades Centralizadas do Departamento de Polícia Federal (Brasília/DF) sem autonomia financeira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
   2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR
   1. O órgão gerenciador será a COAD/DLOG/DPF (UG 200.334)
3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. A adesão à ata por órgãos não participantes seguirá o seguinte procedimento:
   2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993. A adesão à ata por órgão não participante somente será autorizada pelo órgão gerenciador após a primeira aquisição ou contratação por órgão que integre a ata, exceto quando, mediante justificativa anexada aos autos, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.
      1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
      2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
      3. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.
      4. Após a autorização do órgão gerenciador, caberá ao órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da ata.
      5. Cabe ao órgão não participante realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento por parte do fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das cláusulas contratuais relativas às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciado.
      6. Faculta-se aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a esta ata de registro de preços.
      7. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se de que a contratação atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.
4. DO CREDENCIAMENTO
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
   1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, **cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
   2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:
      1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
      3. entidades empresariais estrangeiras; e
      4. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
      5. familiares de agente público que estejam investidos em cargo de comissão ou função de confiança perante o órgão promotor da licitação, conforme previsto do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.
   3. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
   4. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
      4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
6. DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS
   1. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.
   2. A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, receberá o mesmo tratamento concedido por essa Lei Complementar às ME/EPP.
   3. A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido por essa Lei às ME/EPP.
   4. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
   5. Como condição para participação no certame, os licitantes deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME/EPP ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).
   6. Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.
7. DO ENVIO DA PROPOSTA
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
   3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. Valor unitário;
      2. A quantidade total de unidades prevista para o item;
      3. Fabricante;
      4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia;
      5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
   7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
   8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
8. DAS PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
   8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   14. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:
       1. produzidos no País;
       2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
       3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
   15. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
   3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
   4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
      1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.
      2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
      1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
      2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
10. DA HABILITAÇÃO
    1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
       1. SICAF, CADIN e CADICON;
       2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
       3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
       4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
       5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
    2. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens de participação exclusiva para ME/EPP/COOP, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.
       1. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3°, §§ 9°, 9°-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.
    3. Não ocorrendo inabilitação nos termos dos subitens deste Edital, o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar deverá comprovar, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, a contar da solicitação no sistema eletrônico, sua condição de habilitação, por meio do email: [cpl.coad@dpf.gov.br](mailto:cpl.coad@dpf.gov.br).
    4. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:
       1. Relativos à Habilitação Jurídica:
          1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
          2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
             1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
          3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
          4. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
          5. As microempresas ou empresas de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
       2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
          1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
          2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
          3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
          4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou Distrital, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
          5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
          6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
          7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
       3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
          1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;
          2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
             1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, e pelo responsável da empresa;
             2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura;
             3. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;
             4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
             5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online, no caso de empresas inscritas no SICAF:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| SG = | Ativo Total |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| LC = | Ativo Circulante |
| Passivo Circulante |

* + - * 1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado do item pertinente.
  1. **O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados**.
     1. A verificação se dará mediante consulta *online*, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
     2. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.
     3. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
  2. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
     1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
  3. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.
  4. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
  5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  6. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
  7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
     1. Havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
     2. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
     3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n° 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
   1. A proposta de preços e os documentos de habilitação do licitante declarado vencedor, exceto as declarações enviadas juntamente com a proposta no momento de inserção no sistema eletrônico e os que estejam contemplados pelo SICAF, deverão ser encaminhados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
      1. Os documentos poderão ser encaminhados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
      2. A proposta final deverá conter as exigências elencadas nos subitens deste Edital, bem como a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
      3. Nesta oportunidade, deverá ser apresentado, também, documento que qualifique o representante da empresa como tal, podendo isto se dar mediante a apresentação do Contrato Social, procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante; ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante.
   2. A proposta de preços, a documentação de habilitação e o documento que qualifique o representante da empresa deverão ser encaminhados para o seguinte endereço:

Departamento de Polícia Federal

Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF

SAS Quadra 06 – Lotes 09/10 – Edifício Sede do DPF – Sala 110

70.037-900 – Brasília – DF

Ref.: Pregão Eletrônico nº 25/2014 – COAD/DLOG/DPF

* 1. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
  2. A proposta de preços será documentada nos autos e levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Adjudicatária/Contratada, se for o caso.
     1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Adjudicatária/Contratada.

1. **DOS RECURSOS**
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
2. **DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
3. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
   1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário e os licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua(s) convocação(ões), para assinar(em) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair(em) do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
   2. Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidadepara a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
   3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
   4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
4. **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
   1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
      1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
   2. Havendo mais de um licitante que aceite cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante melhor classificado, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
   3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.
   4. Em decorrência da falta de adequação do Comprasnet, nos termos do que dispõe o artigo 26 do Decreto nº 7.892/2013, as empresas que tiverem interesse em configurar na ordem de classificação, deverá encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a homologação do certame, email para o endereço [cpl.coad@dpf.gov.br](mailto:cpl.coad@dpf.gov.br) ,informando o interesse em aceitar cotar seus bens ou serviços nas mesmas condições do licitante melhor classificado.
5. **DA NOTA DE EMPENHO**
   1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para aceitar/retirar a Nota de Empenho. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.
      1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar/retirar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
      2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara aceite/retirada da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-la para aceite do fornecedor registrado, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja confirmado o recebimento no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
   2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.
   3. Se o adjudicatário, no ato da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à aceitar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
   4. Durante a vigência da Ata, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.
6. **DO PREÇO**
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis.
   2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
7. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
   1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
8. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
9. **DO PAGAMENTO**
   1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
   2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
   4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
   5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
   7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
   8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
   10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
   11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
   12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
       1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
   13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = (6/100)  365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6%. |

1. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
   1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
      1. Advertência por escrito;
      2. Multa de mora de 0,2% (zero vírgula dois décimos por cento) sobre o valor da contratação por dia de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais penalidades;
      3. Multa de mora de 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) sobre o valor da contratação, após o 30.º (trigésimo dia), limitada ao percentual de 10% (dez) por cento, sem prejuízo das demais penalidades;
      4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
      5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos;
   2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
      1. Advertência por escrito;
      2. Em caso de inexecução parcial ou total, multa compensatória de até 10% (dez por cento) por ocorrência, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total da contratação;
      3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;
      4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
      5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
   3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais;
   4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
      1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes;
   6. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração;
   7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Justiça;
   8. As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas da Coordenação de Administração – COAD/DPF.
2. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.coad@dpf.gov.br.
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
3. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br), e também poderá ser lidos e/ou obtido no endereço SAS Quadra 06 – Lotes 09/10 – Edifício Sede do DPF – Sala 110 – Brasília – DF, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 12:00h e 14:00h às 17:00h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
   10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I - Termo de Referência;
       2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

Brasília / DF, de 2014

**Autoridade competente**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – DO OBJETO**

1.1 – O presente Termo de Referência visa à aquisição de materiais de consumo, para atender às necessidades das Unidades Centralizadas do Departamento de Polícia Federal, sem autonomia financeira, conforme especificações e discriminações constantes neste instrumento e seu anexo;

**2 – DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

2.1 - A aquisição dos Materiais nas especificações e quantidades constantes deste Termo de Referência tem como objetivo atender às necessidades de consumo por um período aproximado de doze meses, mantendo o estoque regular no Almoxarifado/DMAT/COAD;

2.2 – A quantidade estimada a ser adquirida foi baseada na média de consumo dos últimos anos em que o material esteve disponível para atendimento das requisições e nas solicitações de unidades centralizadas do DPF, sem autonomia financeira;

2.3 Neste Termo de Referência são aplicáveis as Instruções Normativas, nº 01 de 19 de janeiro de 2010 e I.N. nº 02 de 30 de abril de 2008: IN 01 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração federal direta, autárquica e fundacional e considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. IN 02 - Visa os critérios da licitação, contratação, elaboração dos custos, direitos e deveres da contratada e da contratante.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1.Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

**4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

4.1.O fornecimento será efetuado **de acordo com a necessidade do órgão**, com prazo de entrega não superior a 30 **(trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso. Podendo esse prazo ser prorrogado a pedido justificado do fornecedor e se aceito pela Administração;

4.2.Os bens deverão ser entregues no **Setor de Almoxarifado/DMAT/COAD, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 7, lote 23, no horário das 08:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30h**, de segunda a sexta-feira, sempre nos dias de expediente.

**5 – AVALIAÇÃO DO CUSTO**

5.1.O custo estimado total da presente contratação é de **R$ 107.946,69 (cento e sete mil novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos)**;

5.2.O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.

**6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1.Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade comas especificações constantes do Edital e da proposta e no caso das entregas com instalação, após a mesma;

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e no caso de entregas com instalação, após verificação feita pela fiscalização e consequente aceitação dos materiais e dos serviços de instalação, que se dará até 10 **(dez) dias** do recebimento provisório.

6.1.1.Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A critério deste DPF poderá ser solicitado a empresa fornecedora, antes da emissão da ordem de fornecimento (NE), um exemplar dos itens a serem adquiridos para que seja verificada a sua qualidade.

6.3.A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens e montagens em desacordo com as especificações técnicas exigidas e layout preparado pela área competente do próprio órgão;

6.4.O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;

6.5.Não serão aceitos materiais cujas embalagens tenham evidências de terem sofrido danos.

**7. PRAZO DE VALIDADE/GARANTIA**

7.1.Os materiais adquiridos deverão apresentar validade compatível, sendo que, os que tiverem validade de 12 (doze) meses, somente serão recebidos com a data de fabricação não superior a 30 (trinta) dias corridos;

7.2.A licitante vencedora obriga-se a entregar o material, estritamente, com as especificações descritas neste instrumento, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do material que venha a ser constatado pela Administração não estar em conformidade com as referidas especificações.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

8.1. A contratada obriga-se a:

8.2. Efetuar a entrega dos bens, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

8.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 ( vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4. Fornecer, sempre que solicitado, a contar da notificação, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

8.5. A Contratada responderá por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como manter durante todo o período, todas as condições de habilitação e qualificação do procedimento licitatório;

8.6. No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a Contratada deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeito ou incorreções resultantes dos materiais empregados, sendo aplicado esse prazo a todo o período de garantia exigida no edital;

8.6.1. Em caso de recusa do material, o Setor de Almoxarifado/DMAT/COAD comunicará o fato à empresa que no prazo máximo de 30 dias procederá ao seu recolhimento, sendo que o Departamento de Polícia Federal não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências;

8.7. A retirada e a substituição dos materiais defeituosos e/ou por qualquer outro motivo, no Almoxarifado/DMAT/COAD/DPF, serão custeados exclusivamente pelo fornecedor.

8.8. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

8.9. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente ajuste;

8.10. Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições que ensejaram sua habilitação e qualificação no certame licitatório.

**9 – DAS OBRIGAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

9.1 - Efetuar o pagamento nas condições e no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas, podendo o Departamento de Polícia Federal, descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa contratada;

9.2 – Notificar a adjudicatária, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.3 – Fornecer por escrito as informações necessárias para o recebimento do material objeto do certame, fornecendo todas as facilidades para seu efetivo cumprimento;

# 9.4 – Não permitir o recebimento do material em desacordo com o preestabelecido;

9.5 – Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do material registrado;

9.6 – Notificar o fornecedor registrado, via fax, e-mail ou telefone, para a retirada da Nota de Empenho;

9.7 – Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em fornecer material a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a Ata deste Registro de Preços;

9.8 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

**10 – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1 **-** O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelos servidores do SEAL/DMAT/COAD/DLOG/DPF e atestado pelo chefe ou seu substituto, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

**10.2 - À Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os materiais/serviços executados não estiverem de acordo com a descrição apresentada;**

10.2.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**11. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

11.1.Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano e difícil ou impossível reparação.

**12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes

penalidades:

12.1.1. Advertência por escrito;

12.1.2. Multa de mora de 0,2% (zero vírgula dois décimos por cento) sobre o valor da contratação por dia de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais penalidades;

12.1.3. Multa de mora de 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) sobre o valor da contratação, após o 30.º (trigésimo dia), limitada ao percentual de 10% (dez) por cento, sem prejuízo das demais penalidades;

12.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

12.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Em caso de inexecução parcial ou total, multa compensatória de até 10% (dez por cento) por ocorrência, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total da contratação;

12.2.3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

12.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

12.3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais;

12.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

12.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude

fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes;

12.6. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração;

12.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Justiça;

12.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas da Coordenação de Administração – COAD/DPF.

**13. – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

13.1. A licitante deverá aplicar os termos da IN Nº 01, de 19/01/2010, que Dispõe sobre os critérios de **sustentabilidade ambiental** na aquisição de bens, no que couber, de forma a não frustrar a competitividade, em especial o art. 5º.

**14. – ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15. – DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

13.1.O presente Termo de Referência foi elaborado pelo signatário, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e, no caso de concordância, e ser aprovado pelo Sr. DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL, e será integrado ao processo licitatório.

Brasília, 9 de junho de 2014.

GERALDO MARCELO A. SANTOS

**Chefe do SEAL/DMAT/COAD**

APROVO o presente Termo de

Referência conforme o disposto

no Art. 9º do Dec. 5450/2005

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/ 2014.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Diretor da DLOG/DPF

ANEXO I DO TR

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Especificação | Unidade | Quantidade |
| 1 | Almofada carimbo, material caixa plástico, material almofada esponja absorvente revestida de tecido, tamanho médio, cor azul, tipo entintada | unidade | 124 |
| 2 | Apontador lápis, material plástico transparente, tipo escolar, características adicionais com depósito, retangular, dimensões 4,50 x 1,50 cm\* | unidade | 645 |
| 3 | Bandeja expediente, material acrílico, cor fumê, comprimento 370, largura 260, altura 40, tipo triplex | unidade | 20 |
| 4 | Bloco recado, material papel, cor amarelo, largura 38, comprimento 50, tipo removível, características adicionais auto-adesivo | Bloco c/ 400 folhas | 991 |
| 5 | Bloco recado, material papel, cor amarelo, largura 102, comprimento 152, tipo removível, características adicionais auto-adesivo | Bloco c/ 100 folhas | 50 |
| 6 | Bloco recado, material papel, cor variada, largura 38, comprimento 51, características adicionais auto-adesivo, post it, quantidade folhas 200 | Bloco c/ 400 folhas | 300 |
| 7 | Caixa arquivo, material papelão polionda, dimensões 130 x 250 x 360, cor azul | unidade | 1034 |
| 8 | Caixa arquivo, material papelão, dimensões 350 x 250 x 140 | unidade | 3000 |
| 9 | Caixa arquivo, material papelão, dimensões 360 x 130 x 240, cor branca na parte externa, características adicionais com impressão de etiqueta de identificação. | unidade | 6748 |
| 10 | Caneta esferográfica, material plástico, quantidade cargas 1, material ponta aço inoxidável com esfera de tungstênio, tipo escrita média, cor tinta vermelha, características adicionais corpo sextavado, transparente e orifício lateral | unidade | 1400 |
| 11 | Caneta marca-texto, material plástico, tipo ponta porosa, cor azul, tipo não recarregável, características adicionais traço 2,5mm | unidade | 700 |
| 12 | Clipe, aplicação fixar papéis e similares, tamanho 5, material aço inox, formato paralelo | Caixa c/ 100 unidades | 340 |
| 13 | Clipe, tratamento superficial niquelado, tamanho 3, material metal, formato paralelo | Caixa c/ 100 unidades | 313 |
| 14 | Cola escolar, material polivinil acetato - pva, peso 90, tipo pastosa, cor branca, aplicação papel, características adicionais frasco com bico aplicador | Unidade | 969 |
| 15 | Cola, composição cianiacrilato, aplicação materiais porosos, características adicionais bico aplicador, tipo instantânea | Bisnaga c/ 3g | 5 |
| 16 | Colchete fixação, material aço, tratamento superficial latonado, tamanho nº 08 | Caixa c/ 72 unidades | 200 |
| 17 | Colchete fixação, material aço, tratamento superficial latonado, tamanho nº 4 | Caixa c/ 72 unidades | 288 |
| 18 | Colchete fixação, material aço, tratamento superficial latonado, tamanho nº 6 | Caixa c/ 72 unidades | 208 |
| 19 | Colchete fixação, material aço, tratamento superficial latonado, tamanho nº 7 | Caixa c/ 72 unidades | 212 |
| 20 | Envelope, material papel kraft, gramatura 90, tipo saco comum, comprimento 230, cor branca, impressão com timbre, largura 162, características adicionais com brasão e impressão serviço público federal, cor impressão preta | unidade | 3750 |
| 21 | Envelope, material papel kraft, gramatura 90, tipo saco comum, comprimento 230, cor parda, largura 320 | unidade | 21170 |
| 22 | Envelope, material papel kraft, gramatura 90, tipo saco comum, comprimento 248, cor parda, impressão sem timbre, largura 155, modelo comercial | unidade | 5357 |
| 23 | Envelope, material papel kraft, gramatura 90, tipo saco sanfonado, comprimento 320, cor parda, largura 220 | unidade | 24064 |
| 24 | Envelope, material papel off-set, gramatura 90, tipo sem timbre, comprimento 280, cor branca, largura 200 | unidade | 7398 |
| 25 | Envelope, material papel off-set, gramatura 90, tipo sem timbre, comprimento 360, cor branca, largura 260 | unidade | 5298 |
| 26 | Espiral encadernação, material plástico, diâmetro 14, comprimento 330, cor incolor | unidade | 228 |
| 27 | Espiral encadernação, material plástico, diâmetro 17, comprimento 330, cor incolor | unidade | 133 |
| 28 | Estilete, tipo estreito, espessura 8, material corpo plástico | unidade | 30 |
| 29 | Etiqueta adesiva, material papel alcalino, cor branca, largura 84,70, comprimento 101,60, aplicação impressora inkjet laser, características adicionais 6 etiquetas por folha | Caixa c/ 25 folhas | 20 |
| 30 | Etiqueta auto-adesiva, material papel, cor branco fosco, formato retangular, altura 33, largura 70, características adicionais 3 colunas, tamanho a4, apresentação 27 etiquetas por folha | Caixa c/ 100 folhas | 28 |
| 31 | Etiqueta transparente, material plástico transparente, quantidade etiqueta folha 1, comprimento 279,40, largura 215,90 | Caixa c/ 100 folhas | 50 |
| 32 | Fita adesiva, material polipropileno transparente, tipo monoface, largura 50, comprimento 50, cor incolor, aplicação multiuso | Rolo c/ 50m | 1044 |
| 33 | Fitas adesivas, material polipropileno, largura 50, comprimento 50, aplicação multiuso, cor marrom, finalidade empacotamento | unidade | 771 |
| 34 | Grampeador, material metal, tipo profissional, capacidade 240/260, tamanho grampo 23/6 a 23/24, características adicionais base protetora antiderrapante/guia ajustável | unidade | 53 |
| 35 | Lapiseira, material plástico, diâmetro carga 0,5, características adicionais c/prendedor, ponta e acionador de metal c/borracha | unidade | 290 |
| 36 | Livro protocolo, material papel sulfite, quantidade folhas 100, comprimento 220, largura 165, tipo capa dura, material capa papelão | unidade | 67 |
| 37 | Luva para procedimento não cirúrgico, material látex, tamanho grande, características adicionais lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade não estéril, cor branca, tipo ambidestra, tipo uso descartável | Caixa c/ 100 unidades | 15 |
| 38 | Luva para procedimento não cirúrgico, material látex, tamanho médio, características adicionais lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade não estéril, cor branca, tipo ambidestra, tipo uso descartável | Caixa c/ 100 unidades | 15 |
| 39 | Luva para procedimento não cirúrgico, material látex, tamanho pequeno, características adicionais lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade não estéril, cor branca, tipo ambidestra, tipo uso descartável | Caixa c/ 100 unidades | 15 |
| 40 | Máscara multiuso, tipo uso descartável, finalidade proteção sistema respiratório contra poeiras, tipo correia cinta elástica ajuste rosto/tira metálica nasal, tamanho único, cor branca, características adicionais manta filtrante moldada em fibras | Caixa c/ 50 unidades | 1105 |
| 41 | Molha-dedos, material base plástico, material tampa plástico, material carga creme atóxico, tamanho 12, características adicionais não contém glicerina e não mancha | unidade | 328 |
| 42 | Mouse pad, material borracha neoprene, comprimento 21,5, largura 18, espessura 3, acabamento superficial pvc, características adicionais sem estampa, cor azul | unidade | 73 |
| 43 | Mouse, tipo usb, modelo ótico, aplicação computador, características adicionais com scroll, quantidade botões controle mínimo 03, resolução 800, cor preta, comprimento cabo 1,80 | unidade | 56 |
| 44 | Papel fax, comprimento 216, largura 30, gramatura 75, características adicionais cola em uma das extremidades no comprimento. | Bobina c/ 30m | 199 |
| 45 | Pilha, tamanho pequena, tipo alcalina, modelo aa | unidade | 40 |
| 46 | Pilha, tamanho pequena, tipo alcalina, modelo aaa | unidade | 2028 |
| 47 | Pincel atômico, material plástico, tipo ponta chanfrada, tipo carga descartável, cor tinta vermelha | unidade | 420 |
| 48 | Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor azul | unidade | 585 |
| 49 | Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor preto | unidade | 67 |
| 50 | Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor vermelho | unidade | 389 |
| 51 | Porta-carimbo, material acrílico, tipo simples, capacidade 6 carimbos, cor fumê | unidade | 68 |
| 52 | Porta-clipe, material acrílico, comprimento 50, largura 50, cor fumê, características adicionais com imã | unidade | 87 |
| 53 | Porta-revista, material pvc, largura 260, características adicionais com porta etiqueta em plástico transparente, cor azul, lombada 100, comprimento 295 | unidade | 800 |
| 54 | Tesoura, material aço inoxidável, material cabo polipropileno, comprimento 17, características adicionais cabo anatômico preto,ponta fina | unidade | 30 |
| 55 | Tesoura, material aço inoxidável, material cabo polipropileno, comprimento 20 | unidade | 380 |
| 56 | Tinta para carimbo, cor azul, componentes água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco 40 | Frasco c/ 40ml | 87 |
| 57 | Tinta para carimbo, cor preta, componentes água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco 40 | unidade | 128 |
| 58 | Pasta arquivo, material polipropileno, tipo com abas, largura 245, altyura 335., lombada 40, cor cristal, características adicionais 0,28 mm de espessura, com elástico, ranhuras parte | unidade | 400 |

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

#### FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2014**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014**

PROCESSO Nº 08200.001645/2014-29

VALIDADE: 12 **(doze) MESES**

Aos dias do mês de de , a União, por intermédio da COAD/DLOG/DPF, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lote 09/10, Asa Sul, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0014-50, neste ato representado pelo servidor FERNANDO DURAN POCH, Delegado de Polícia Federal, Diretor de Administração e Logística Policial, Ordenador de Despesas nomeado pela Portaria n.º 3364/2013-DG/DPF, de 25 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço/DPF n.º 080, de 26 de abril de 2013, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 25/2014**, conforme resultado publicado no D.O.U. n.º , Seção 3, p. , de .

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA , de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) nas quantidades cotadas, para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , com sede na Rua , neste ato representada pelo(a) Sr(a). , portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº , cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame.

Atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto 7.892/2013, também integram a presente Ata de Registro de Preços, para fins de **CADASTRO DE RESERVA**, o fornecedor abaixo, que confirmou o interesse por email, nos autos do processo principal, aceitando cotar os serviços com preços iguais ao da empresa qualificada acima, e sob as mesmas condições**:**

1. **ITEM XXX**

XXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, Telefone (XXXX) XXXXXXXXX email XXXXXXXXX **,** conforme email de confirmação nos autos principais, medida necessária tendo em vista a mudança da legislação e falta de implementação desse recurso no site do Compasnet.

1. DO OBJETO
   1. O objeto desta Ata é o Registro de Preços de matérias de consumo para o fornecimento de acordo com os contidos no Termo de Referência, para atender às necessidades das unidades centralizadas do Departamento de Polícia Federal, sem autonomia financeira, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, no Edital, nesta Ata e seus Anexos, conforme estabelecidos abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Qde** | **Unid.** | **Especificações** | Valor Unitário  Total R$ |
|  | 124 | unidade | Almofada carimbo, material caixa plástico, material almofada esponja absorvente revestida de tecido, tamanho médio, cor azul, tipo entintada |  |
|  | 645 | unidade | Apontador lápis, material plástico transparente, tipo escolar, características adicionais com depósito, retangular, dimensões 4,50 x 1,50 cm\* |  |
|  | 20 | unidade | Bandeja expediente, material acrílico, cor fumê, comprimento 370, largura 260, altura 40, tipo triplex |  |
|  | 991 | Bloco c/ 400 folhas | Bloco recado, material papel, cor amarelo, largura 38, comprimento 50, tipo removível, características adicionais auto-adesivo |  |
|  | 50 | Bloco c/ 100 folhas | Bloco recado, material papel, cor amarelo, largura 102, comprimento 152, tipo removível, características adicionais auto-adesivo |  |
|  | 300 | pacote | Bloco recado, material papel, cor variada, largura 38, comprimento 51, características adicionais auto-adesivo, post it, quantidade folhas 200 |  |
|  | 1034 | unidade | Caixa arquivo, material papelão polionda, dimensões 130 x 250 x 360, cor azul |  |
|  | 3000 | unidade | Caixa arquivo, material papelão, dimensões 350 x 250 x 140 |  |
|  | 6748 | unidade | Caixa arquivo, material papelão, dimensões 360 x 130 x 240, cor branca na parte externa, características adicionais com impressão de etiqueta de identificação. |  |
|  | 1400 | unidade | Caneta esferográfica, material plástico, quantidade cargas 1, material ponta aço inoxidável com esfera de tungstênio, tipo escrita média, cor tinta vermelha, características adicionais corpo sextavado, transparente e orifício lateral |  |
|  | 700 | unidade | Caneta marca-texto, material plástico, tipo ponta porosa, cor azul, tipo não recarregável, características adicionais traço 2,5mm |  |
|  | 340 | Caixa c/ 100 unidades | Clipe, aplicação fixar papéis e similares, tamanho 5, material aço inox, formato paralelo |  |
|  | 313 | Caixa c/ 100 unidades | Clipe, tratamento superficial niquelado, tamanho 3, material metal, formato paralelo |  |
|  | 969 | unidade | Cola escolar, material polivinil acetato - pva, peso 90, tipo pastosa, cor branca, aplicação papel, características adicionais frasco com bico aplicador |  |
|  | 5 | Bisnaga c/ 3g | Cola, composição cianiacrilato, aplicação materiais porosos, características adicionais bico aplicador, tipo instantânea |  |
|  | 200 | Caixa c/ 72 unidades | Colchete fixação, material aço, tratamento superficial latonado, tamanho nº 08 |  |
|  | 288 | Caixa c/ 72 unidades | Colchete fixação, material aço, tratamento superficial latonado, tamanho nº 4 |  |
|  | 208 | Caixa c/ 72 unidades | Colchete fixação, material aço, tratamento superficial latonado, tamanho nº 6 |  |
|  | 212 | Caixa c/ 72 unidades | Colchete fixação, material aço, tratamento superficial latonado, tamanho nº 7 |  |
|  | 3750 | unidade | Envelope, material papel kraft, gramatura 90, tipo saco comum, comprimento 230, cor branca, impressão com timbre, largura 162, características adicionais com brasão e impressão serviço público federal, cor impressão preta |  |
|  | 21170 | unidade | Envelope, material papel kraft, gramatura 90, tipo saco comum, comprimento 230, cor parda, largura 320 |  |
|  | 5357 | unidade | Envelope, material papel kraft, gramatura 90, tipo saco comum, comprimento 248, cor parda, impressão sem timbre, largura 155, modelo comercial |  |
|  | 24064 | unidade | Envelope, material papel kraft, gramatura 90, tipo saco sanfonado, comprimento 320, cor parda, largura 220 |  |
|  | 7398 | unidade | Envelope, material papel off-set, gramatura 90, tipo sem timbre, comprimento 280, cor branca, largura 200 |  |
|  | 5298 | unidade | Envelope, material papel off-set, gramatura 90, tipo sem timbre, comprimento 360, cor branca, largura 260 |  |
|  | 228 | unidade | Espiral encadernação, material plástico, diâmetro 14, comprimento 330, cor incolor |  |
|  | 133 | unidade | Espiral encadernação, material plástico, diâmetro 17, comprimento 330, cor incolor |  |
|  | 30 | unidade | Estilete, tipo estreito, espessura 8, material corpo plástico |  |
|  | 20 | Caixa c/ 100 folhas | Etiqueta adesiva, material papel alcalino, cor branca, largura 84,70, comprimento 101,60, aplicação impressora inkjet laser, características adicionais 6 etiquetas por folha |  |
|  | 28 | Caixa c/ 100 folhas | Etiqueta auto-adesiva, material papel, cor branco fosco, formato retangular, altura 33, largura 70, características adicionais 3 colunas, tamanho a4, apresentação 27 etiquetas por folha |  |
|  | 50 | Caixa c/ 100 folhas | Etiqueta transparente, material plástico transparente, quantidade etiqueta folha 1, comprimento 279,40, largura 215,90 |  |
|  | 1044 | Rolo c/ 50m | Fita adesiva, material polipropileno transparente, tipo monoface, largura 50, comprimento 50, cor incolor, aplicação multiuso |  |
|  | 771 | unidade | Fitas adesivas, material polipropileno, largura 50, comprimento 50, aplicação multiuso, cor marrom, finalidade empacotamento |  |
|  | 53 | unidade | Grampeador, material metal, tipo profissional, capacidade 240/260, tamanho grampo 23/6 a 23/24, características adicionais base protetora antiderrapante/guia ajustável |  |
|  | 290 | unidade | Lapiseira, material plástico, diâmetro carga 0,5, características adicionais c/prendedor, ponta e acionador de metal c/borracha |  |
|  | 67 | unidade | Livro protocolo, material papel sulfite, quantidade folhas 100, comprimento 220, largura 165, tipo capa dura, material capa papelão |  |
|  | 15 | Caixa c/ 100 unidades | Luva para procedimento não cirúrgico, material látex, tamanho grande, características adicionais lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade não estéril, cor branca, tipo ambidestra, tipo uso descartável |  |
|  | 15 | Caixa c/ 100 unidades | Luva para procedimento não cirúrgico, material látex, tamanho médio, características adicionais lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade não estéril, cor branca, tipo ambidestra, tipo uso descartável |  |
|  | 15 | Caixa c/ 100 unidades | Luva para procedimento não cirúrgico, material látex, tamanho pequeno, características adicionais lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade não estéril, cor branca, tipo ambidestra, tipo uso descartável |  |
|  | 1105 | Caixa c/ 50 unidades | Máscara multiuso, tipo uso descartável, finalidade proteção sistema respiratório contra poeiras, tipo correia cinta elástica ajuste rosto/tira metálica nasal, tamanho único, cor branca, características adicionais manta filtrante moldada em fibras |  |
|  | 328 | unidade | Molha-dedos, material base plástico, material tampa plástico, material carga creme atóxico, tamanho 12, características adicionais não contém glicerina e não mancha |  |
|  | 73 | unidade | Mouse pad, material borracha neoprene, comprimento 21,5, largura 18, espessura 3, acabamento superficial pvc, características adicionais sem estampa, cor azul |  |
|  | 56 | unidade | Mouse, tipo usb, modelo ótico, aplicação computador, características adicionais com scroll, quantidade botões controle mínimo 03, resolução 800, cor preta, comprimento cabo 1,80 |  |
|  | 199 | Bobina c/ 30m | Papel fax, comprimento 216, largura 30, gramatura 75, características adicionais cola em uma das extremidades no comprimento. |  |
|  | 40 | unidade | Pilha, tamanho pequena, tipo alcalina, modelo aa |  |
|  | 2028 | unidade | Pilha, tamanho pequena, tipo alcalina, modelo aaa |  |
|  | 420 | unidade | Pincel atômico, material plástico, tipo ponta chanfrada, tipo carga descartável, cor tinta vermelha |  |
|  | 585 | unidade | Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor azul |  |
|  | 67 | unidade | Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor preto |  |
|  | 389 | unidade | Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor vermelho |  |
|  | 68 | unidade | Porta-carimbo, material acrílico, tipo simples, capacidade 6 carimbos, cor fumê |  |
|  | 87 | unidade | Porta-clipe, material acrílico, comprimento 50, largura 50, cor fumê, características adicionais com imã |  |
|  | 800 | unidade | Porta-revista, material pvc, largura 260, características adicionais com porta etiqueta em plástico transparente,, cor azul, lombada 100, comprimento 295 |  |
|  | 30 | unidade | Tesoura, material aço inoxidável, material cabo polipropileno, comprimento 17, características adicionais cabo anatômico preto,ponta fina |  |
|  | 380 | unidade | Tesoura, material aço inoxidável, material cabo polipropileno, comprimento 20 |  |
|  | 87 | Frasco c/ 40ml | Tinta para carimbo, cor azul, componentes água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco 40 |  |
|  | 128 | unidade | Tinta para carimbo, cor preta, componentes água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco 40 |  |
|  | 400 | unidade | Pasta arquivo, material polipropileno, tipo com abas, largura 245, altura 335, lombada 40, cor cristal, características adicionais 0,28mm de espessura, com elástico, ranhuras parte |  |

* + 1. A descrição e a especificação detalhada do objeto e das tarefas que o compõem constam do Termo de Referência.
    2. Para a perfeita execução do certame, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
   1. O órgão gerenciador será a COAD/DLOG/DPF.
   2. São participantes os seguintes órgãos, que manifestaram sua concordância com o objeto a ser licitado, mediante o procedimento da Intenção do Registro de Preços (IRP) nº 09/2014, UASG 200334, anexada a este Edital e que formalizaram estes atos, conforme os documentos aprovados pela autoridade competente, também anexados ao processo administrativo nas quantidades e condições especificadas no termo de referência:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ITEM | ÓRGÃO | CONTATO | ENDEREÇO |
|  |  |  |  |

* 1. São de competência do órgão participante:

a) tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

b) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador”

1. DA ADESÃO À ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
   1. A adesão à ata por órgãos não participantes seguirá o seguinte procedimento:
   2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993. A adesão à ata por órgão não participante somente será autorizada pelo órgão gerenciador após a primeira aquisição ou contratação por órgão que integre a ata, exceto quando, mediante justificativa anexada aos autos, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.
      1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
      2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
      3. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.
      4. Após a autorização do órgão gerenciador, caberá ao órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da ata.
      5. Cabe ao órgão não participante realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento por parte do fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das cláusulas contratuais relativas às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciado.
      6. Faculta-se aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a esta ata de registro de preços.
      7. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se de que a contratação atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.
2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 **(doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do que dispõe o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.
3. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto n° 7.892 de 2013.
   2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1~~º~~ do art. 65 da Lei n~~º~~ 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art65§1).
   3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
   4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
      1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
      2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
      3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
   5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
      1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
      2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
   6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
   7. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.
4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
   1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
      1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
      2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
      3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
      4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666 de 1993 ou no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
      5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
   2. Ocorrendo fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o seu cumprimento, devidamente comprovados e justificados, a Ata poderá ser cancelada:
      1. por razão de interesse público; ou
      2. a pedido do fornecedor.
   3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.
5. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES
   * 1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de Nota de Empenho, obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013
     2. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
   1. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia (artigo 9°, inciso XI, do Decreto n° 7.892, de 2013).
   2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirada da Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
      1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
      2. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.
   3. Antes da emissão do empenho, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3°, § 1°, da IN SLTI/MPOG n° 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
   4. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
   5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
   6. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
   7. Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.
6. DA GARANTIA
   1. A prestação de garantia segue o quanto estabelecido no edital.
7. DO REAJUSTE
   1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência, que estabelece as Obrigações da Contratante e Contratada, os critérios de Recebimento e Aceitação do Objeto, a disciplina do pagamento, do controle da execução do contrato e das infrações e sanções administrativas.
   2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital, Anexos do Pregão Eletrônico e a proposta da empresa.
   3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto n° 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
   4. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o da Seção Judiciária de Brasília-DF - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, de de 2014.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante do Órgão

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante da Empresa

xxxxxxxxxxxx